

POVOS DA PESCA ARTESANAL¹ SOB AS MARCAS DO DESASTRE DO PETRÓLEO

CRISTIANO WELLINGTON NOBERTO RAMALHO
GILSON MACEDO ANTUNES

RESUMO *Este artigo objetiva abordar os impactos gerados pelo desastre do petróleo na vida dos Povos da Pesca Artesanal na Região Metropolitana do Grande Recife, em Pernambuco. Esta pesquisa indagou: quem são os pescadores e pescadoras artesanais atingidos pelo desastre do petróleo? Quais foram os impactos do desastre do petróleo na pesca artesanal em Pernambuco, especialmente no litoral metropolitano de Pernambuco? Em que medida afetou o trabalho, o comércio, a vida dos Povos da Pesca Artesanal? O procedimento metodológico apoiou-se em um estudo quantitativo. Os resultados apontam as características tradicionais da pesca exercida pelos entrevistados e entrevistadas, a grande queda na renda das pescadoras e pescadores artesanais durante e mesmo depois do desastre, a questão da injustiça e do racismo ambiental aí presentes.*

PALAVRAS-CHAVE *Desastre do petróleo. Pesca artesanal e petróleo. Racismo ambiental e pesca.*

ARTISANAL FISHING PEOPLE UNDER THE OIL DISASTER'S MARKS

ABSTRACT *This article aims to address the impacts generated by the oil disaster in the lives of the Artisanal Fishing Peoples in the Metropolitan Region of Greater Recife, Pernambuco. In light of the above, the research asks: who are the artisanal fishermen and fisherwomen affected by the oil disaster? What were the impacts of the oil disaster on artisanal fishing in Pernambuco, especially on the Metropolitan Coast of Pernambuco? To what extent did it affect the work, trade, and life of the Artisanal Fishermen? The methodological procedure was based on a quantitative study. The results point to: the traditional characteristics of fishing practiced by the interviewees; the great drop in the income of the artisanal fishermen during and even after the disaster; the issue of injustice and environmental racism present therein.*

KEYWORDS *Oil Disaster. Artisanal Fishing and Oil. Environmental Racism and Fishing.*

¹ Intitulamos de Povos da Pesca Artesanal a diversidade de grupos sociais que vivem historicamente do trabalho pesqueiro artesanal, com seus modos de vida singulares, e que são chamados ou se autotitulam de: marisqueiras, caiçaras, jangadeiros, vazanteiros, ribeirinhos, pescadores, pescadoras, pescadores quilombolas, pescadores indígenas, povos das águas, etc.

INTRODUÇÃO

Eu não tenho ódio; eu tenho é memória
(Pedro Nava)

Era manhã do dia 17 de outubro de 2019, quando o pescador mestre Tota viu chegar na costa pernambucana, especialmente no município de São José da Coroa Grande, onde mora, as manchas de petróleo que seguiam o fluxo das marés e ventos, do sul para o norte, vindas do estado de Alagoas.

Mestre Tota narra esse momento, esses primeiros dias de contato e seus impactos na saúde e na economia pesqueira artesanal:

Foi triste. Logo que vimos ela chegar, eu peguei nela [nas manchas] sem proteção, para tirar das águas, do mar, dos rios. Não sabíamos dos efeitos e não tivemos orientações no início. Somente 6 meses depois, a Secretaria de Saúde do estado ligou para mim para saber como eu tava e não ligou mais. Muitos vomitaram, sentiram dor de cabeça, após o contato. As marisqueiras tiveram problemas. Além disso, depois da chegada do petróleo, o nosso pescado ficou muito barato, porque ninguém queria. Achavam que tava tudo contaminado. Isso foi um impacto muito grande. Peixarias que compravam nosso peixe (dourado, arabaiana, cioba, cavala) a R\$20,00 reais, só queriam pagar, no máximo, R\$10,00 reais. Esse impacto na venda durou muito, porque em seguida veio a Covid. Durou uns 8 meses a 1 ano. Melhorou na época da pesca da lagosta, que vem no mês de julho. Essa dificuldade durou de outubro de 2019 a junho de 2020 (Mestre Tota, pescador de São José da Coroa Grande, depoimento colhido em maio de 2022).

Esse acontecimento ganhou proporções de um desastre socioambiental sem igual, seja em sua extensão (1.000 localidades em 11 estados – todos os do Nordeste e Espírito Santo e

Rio de Janeiro, do Sudeste), seja pelo número de comunidades tradicionais afetadas (no mínimo, 300.000 pescadoras e pescadores artesanais). Os primeiros sinais surgiram desde o dia 30 de agosto daquele ano, quando foram vistos fragmentos de petróleo (chamados de piches) no estado da Paraíba, que se proliferaram por todos os estados do Nordeste e alguns do Sudeste do Brasil. Ao todo foram cerca de 5.340,00 toneladas (t) de petróleo retiradas da natureza.

Esse desastre – que os movimentos sociais da pesca artesanal classificam como “crime do petróleo” – estende seus efeitos até hoje, pois, apesar das maiores quantidades de petróleo no mar terem ocorrido de agosto de 2019 a fevereiro de 2020 (oscilando entre maior e menor intensidade) de forma contínua, o petróleo nunca deixou de aparecer – quando marés mais fortes ocorrem, por exemplo –, assombrando as comunidades pesqueiras artesanais, ambientalistas e acadêmicos de vários estados do Nordeste (MARCO ZERO, 2020). É sobre esses impactos do petróleo que este artigo busca refletir. Não faremos um debate mais aprofundado sobre o tema do desastre, porque nosso foco é entender, a partir de dados quantitativos, como o mundo do trabalho pesqueiro artesanal ficou após os impactos gerados pelo petróleo na vida das comunidades pesqueiras artesanais. Contudo, torna-se necessário mencionar alguns aspectos ligados aos debates sociológicos sobre os desastres, tendo em vista que uma situação extraordinária produziu consequências nas esferas da economia e da vida das pescadoras e pescadores artesanais.

De maneira geral, os estudos da sociologia dos desastres iniciam-se na década de 1990, intensificando-se e sendo consolidados no século XXI (CARDOSO, 2006; FAVERO; SARRIERA; GILBERT, 1998; TRINDADE, 2014; VALENCIO; SIENA; GONÇALVES, 2009). A produção acadêmica nessa área tem crescido e vem influenciando, cada vez mais, as políticas públicas no tocante às áreas ambiental e territorial. É importante frisar que não há um consenso, aliás como com as demais categorias das

ciências sociais, no âmbito da sociologia do desastre sobre o que são, de fato, os desastres (VALENCIO, 2009; MATTEDI, 2017).

Pode-se dizer que os estudos realizados na década de 1990 reuniram os principais paradigmas dos estudos sobre desastres; a saber, de acordo com Gilbert (apud MARCHEZINI, 2009, p. 64): “[...] o desastre como um agente externo ameaçador; o desastre como expressão social da vulnerabilidade; e, por fim, o desastre como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições”. Segundo Marchezini (2009), o primeiro paradigma tende a admitir os desastres como agentes externos que causam impactos sobre as comunidades humanas e a resposta delas a essa acometida. Ou seja, no caso analisado neste artigo, perceber isso significa considerar que as dificuldades surgidas no universo das mulheres e homens que pescam, inclusive relativas à segurança alimentar, foram gestadas por causa do desastre. O segundo modelo considera o desastre como expressão social de vulnerabilidade, e, postulando que a natureza dos desastres deve ser buscada na organização social, compreendendo-os como um processo ligado à fragilidade social, suas causas devem ser explicadas como problemas estruturais e contextualizadas (VALENCIO, 2009).

Assim, desastre, em muitas situações, não é apenas sinônimo de fenômenos naturais extremos, pois ele vai expressar dimensões sociais, econômicas, históricas e institucionais (MARQUES, 2016).

Muitas situações classificadas de desastre, a exemplo das fortes chuvas que têm, com frequência, ocorrido em diversos estados do Brasil e que representam mudanças climáticas globais, não deixam de ter dinâmicas históricas de desigualdades sociais enraizadas em nosso país, que levaram pessoas negras e pardas a habitarem locais de riscos para as suas vidas e as de suas famílias. Restou a elas residirem em lugares mais vulneráveis a enchentes, poluição, quedas de barreiras, próximas a lixões, sem saneamento básico, e isso pode ser entendido como estruturas

sociais que se irmanam a mecanismos geradores e gerados pelo racismo, inclusive o ambiental.

Aliás, o tema do racismo ambiental se combina com o da injustiça ambiental. Segundo Acserald (2010) e Herculano (2006), o racismo ambiental deriva do quadro de injustiças históricas, de injustiças ambientais, dentre as quais as raciais e ambientais, que afetam grupos étnicos/raciais, povos e comunidades tradicionais (pescadores e pescadoras, outros) vulnerabilizados historicamente. Por conta das desigualdades e, com isso, das injustiças crônicas da sociedade brasileira, as populações pretas são as maiores vítimas, a saber: “[...] os negros, sofrem o racismo ambiental, visto que para além de suportarem altas taxas de poluição e viverem em áreas sem infraestruturas e saneamento adequados, o lixo tóxico é sistematicamente destinado à periferia e a zonas em que vivem estes grupos vulnerabilizados” (SILVA, 2012, p. 96).

Como exemplo, pode-se mencionar as chuvas torrenciais que atingiram Pernambuco em final do mês de maio e início de junho de 2022. Milhares de famílias ficaram desabrigadas porque moradias foram destruídas ou tiveram que ser abandonadas devido às enchentes de rios e ao risco de perda de vidas, fato que se deu, dentre tantos outros, com as comunidades tradicionais pesqueiras de Baldo do Rio, na cidade de Goiana, e no município de Sirinhaém. E, o mais grave: 133 pessoas morreram no estado, em razão dos inúmeros deslizamentos de barreiras, e, em número menor, por afogamentos no transbordamento dos cursos d`água. Todas essas pessoas eram moradoras de bairros populares e, em larga medida, homens, mulheres e crianças pretas e pardas.

Assim como não se deve desconsiderar os efeitos das mudanças climáticas no planeta, que se revelam, dentre outras formas, nas fortes chuvas, também não se deve deixar de entender as consequências do aquecimento global como algo vinculado e alimentado pelo histórico processo de exclusão social que potencializa os desastres.

[...] o fato de que os recursos ambientais são desigualmente partilhados e que, via de regra, é aos locais em que vivem comunidades indígenas, negras ou de poucos recursos econômicos que “são destinados” a degradação do ambiente e respectivos impactos mais graves. Este panorama aponta para a identificação da presença de práticas de injustiça e racismo ambiental (SILVA, 2021, p. 86).

Nesse cenário, a incidência dos desastres impõe-se, cada vez mais neste século, como uma agenda que não deve ser negligenciada, embora ainda o seja pelos poderes públicos, e que coloca vários grupos sociais, a exemplo das próprias comunidades tradicionais pesqueiras, em situação limite e em luta constante contra a reprodução social (moral, política, institucional, financeira) da ordem dominante que criou e é responsável pelos mecanismos de exclusões e vulnerabilidades.

Finalmente, o terceiro paradigma trata dos desastres como um estado de incertezas geradas pelas instituições governamentais, a partir de débeis comunicações e falta de informações sobre o assunto ou fornecimento de informações desconectadas e histriônicas que acabam por gerar desorganização nos sistemas de pensamentos científicos, políticos e administrativos (VALENCIO, 2009). Em nosso estudo, pudemos verificar, também, essa produção de incertezas, principalmente pelas esferas governamentais – federais, estaduais e municipais, no tocante às informações sobre a qualidade do pescado após o vazamento de petróleo, criando inseguranças e receios de consumi-lo na população, o que levou a uma drástica redução no comércio desses pescados (RAMALHO, 2020; RAMALHO; SANTOS, 2021).

Muitos debates da teoria social articulam a noção de desastre com o conceito de “sociedade de risco”, que é uma categoria analítica postulada por Giddens (1998) e Beck (1992) para definir a modernidade reflexiva e as incertezas aí presentes. A “sociedade de risco” tem relação direta com os temas da tecnologia, do

conhecimento técnico e, também, ambientais, e com as graves consequências que, por exemplo, as tecnologias (plataformas de petróleo, usinas nucleares, etc.) podem gerar para a sociedade, o que permite estabelecer, desse modo, conexões entre “sociedade de risco” e a noção do desastre.

Após o petróleo que afetou diretamente as comunidades pesqueiras artesanais bem como o modo de vida dos pescadores e marisqueiras², foi a emergência da sindemia³ causada pela Covid-19 que vulnerabilizou ainda mais os(as) moradores(as) dessas comunidades nas dimensões social, econômica e cultural de suas vidas, explicitando desigualdades sociais e econômicas. O primeiro caso identificado no Brasil ocorreu em 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo; em março do mesmo ano, Pernambuco confirmou o primeiro caso no estado. De lá até o período atual, um dos principais desafios dos gestores públicos, principalmente os da área de saúde, é evitar que o contágio siga avançando. Para isso, as medidas de isolamento social para diminuir a expansão da doença foram as primeiras alternativas encontradas para reduzir o número de mortes pelo novo coronavírus, até que as vacinas fossem consideradas pela OMS como a solução mais eficaz para isso. Ou seja, essas primeiras providências chegaram ao estado como uma questão de saúde pública e com o potencial de alterar o modo de vida da sociedade (REIS-FILHO et al., 2020, p. 1).

Assim, o modo de vida dos pescadores e pescadoras artesanais, como da maioria da população, foi negativamente afetado – econômica e psicologicamente – por essa sindemia. Comunidades pesqueiras artesanais já atingidas por um grande desastre socioambiental e socioeconômico causado pelo vazamento de petróleo no litoral nordestino, que reduziu drasticamente o comércio de pescados (ARAÚJO; RAMALHO; MELO, 2020), agora eram atingidas por outro grave acontecimento (a Covid-19), intensificando o quadro de vulnerabilidade socioeconômica e psicológica dos Povos da Pesca Artesanal (RAMALHO; SANTOS, 2021).

² *Marisqueiras e pescadoras artesanais* são utilizadas aqui como sinônimos, bem como será feito com os termos comunidades pesqueiras artesanais, povos da pesca artesanal, povos do mar e povos das águas.

³ Diversos autores chamam a atenção para as características sindêmicas da COVID-19. O desenvolvimento da pandemia ocorre em conjunto com o crescimento de outras epidemias como de hipertensão, diabetes, ansiedade e depressão, dengue e outras doenças tropicais negligenciadas. Essa sindemia, no entanto, não se caracteriza apenas pela ocorrência de COVID-19 e outras doenças, mas pelos efeitos sinérgicos produzidos pela interação entre elas que fazem aumentar as incidências e potencializam os efeitos clínicos e sociais. Como agravante, o quadro sindêmico do coronavírus ocorre em um cenário global de fragilidades dos sistemas sociais, desafios ambientais negligenciados e crise econômica mundial (BISPO JÚNIOR, 2019; BISPO JÚNIOR; SANTOS, 2021).

A quarentena apresentou-se como a medida mais segura, eficaz e necessária para minimizar a contaminação da Covid-19, e o isolamento social trouxe uma série de consequências na vida das comunidades pesqueiras. O grupo de mulheres pescadoras foi um dos grupos mais atingidos por essa situação. Impossibilitadas de trabalhar, as mulheres passavam mais tempo em casa, privadas de suas antigas rotinas com as companheiras de trabalho e, ainda, tendo que lidar com a diminuição de suas rendas financeiras. Nesse contexto, a tragédia do petróleo se apresenta como uma das faces do que enfrentaram as comunidades pesqueiras, pois fragilizadas por processos históricos de exclusão, injustiças e racismos, também ambientais, sofreram e sofrem os impactos dessa síndrome de modo mais drástico que outros grupos sociais: no seu trabalho e no comércio dos pescados. Em inúmeros municípios do Nordeste, a pesca artesanal, dentre as quais a de mariscagem, funciona como motor econômico e social, proporcionando segurança alimentar e nutricional, trabalho, geração de renda e outros efeitos multiplicadores para economias locais (FAO, 2017, p. 2). Muitos pescadores e marisqueiras trabalham por conta própria e geralmente fornecem pescados para consumo direto nos seus lares, em suas comunidades e nas comunidades vizinhas, bem como incrementam suas rendas com o comércio desses víveres (RAMALHO, 2017; RAMALHO; ANTUNES, 2019). Buscando refletir sobre o vazamento do petróleo e os impactos da covid-19 nas comunidades pesqueiras artesanais do litoral pernambucano, o Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por meio de seus pesquisadores e pesquisadoras, realizou uma série de estudos e ações, de pesquisa e/ou extensão (RAMALHO, 2020; RAMALHO; SANTOS, 2021; NUHUMAR, 2020), que apontaram sobretudo o colapso da pesca artesanal no estado, reverberado negativamente no trabalho, na saúde e no modo de vida dos pescadores e marisqueiras e afetando diretamente a cadeia da pesca artesanal.

Este artigo objetiva abordar os impactos gerados pelo desastre do petróleo na vida dos Povos da Pesca Artesanal na Região Metropolitana do Recife, em Pernambuco. A pesquisa indagou: quem são os pescadores e pescadoras artesanais atingidos pelo desastre do petróleo? Quais foram os impactos do desastre do petróleo na pesca artesanal em Pernambuco, especialmente no Litoral Metropolitano de Pernambuco? Em que medida ele afetou o trabalho, o comércio, a vida dos Povos da Pesca Artesanal?

Para a produção deste artigo, os dados primários, quantitativos, coletados via ação do NUHUMAR/UFPE, constituem um importante banco de dados (BC); são resultantes da aplicação de 266 questionários em 20 comunidades pesqueiras artesanais distribuídas nos municípios de Abreu e Lima, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista e Recife – todos situados na Região Metropolitana do Recife⁴. Chamaremos esse recorte de Litoral Metropolitano de Pernambuco.

Os questionários foram aplicados, em sua maioria, com os(as) responsáveis pelo domicílio que também desenvolviam atividade pesqueira nos últimos dois anos, nos meses de junho e julho de 2022. O processamento estatístico foi obtido por meio do software SPSS. O erro amostral considerado foi de 4% e o nível de confiança de 95%. Os questionários abrangem blocos investigativos e analíticos de pesquisa, a saber: caracterização do domicílio, identificação pessoal, perfil socioeconômico, caracterização da atividade pesqueira, segurança alimentar, impactos, saúde e trabalho.

Portanto, foram combinados variáveis, procedimentos e testes estatísticos, tendo como forte inspiração uma pesquisa que realizamos, em meados de 2019, na comunidade pesqueira de Ilha de Deus, Recife-PE (RAMALHO; ANTUNES, 2019). Ademais, uma abordagem comparativa será destacada, visando compreender quais as particularidades e os aspectos universais ligados à pesca artesanal (RAMALHO, 2006; 2012), para constataremos os danos provocados pelos vazamentos de petróleo

⁴ Este artigo é fruto da pesquisa “Trabalhadores(as) do mar e as repercussões do desastre do petróleo: natureza, trabalho e modo de vida”, que contou com o apoio financeiro da UFPE, desde o final do ano de 2019.

no mundo do trabalho, na natureza e na vida das comunidades pesqueiras do litoral metropolitano de Pernambuco.

QUESTÕES GERAIS E ALGUNS DADOS DE CAMPO

A pesca artesanal no Brasil possui grande relevância econômica e social e tem sido responsável por, no mínimo, 60% de toda a produção pesqueira nacional que chega à mesa das famílias no país (DIEGUES, 1995; RAMALHO, 2017). Na região nordeste, há 400.000 mil trabalhadores(as) envolvidos(as) com a pesca artesanal (BRASIL, 2012, 2013; RAMALHO; SANTOS, 2021), cujas características permitem classificá-las, em larga medida, como de comunidades tradicionais e com perfil racial/étnico preto/negro (MESQUITA; QUINAMO, 2020; RAMALHO; 2017).

Em que pese sua importância no país, alguns autores afirmam que essa atividade enfrenta dificuldades em sua sustentabilidade (DIEGUES, 2004; VALENCIO, 2007), principalmente quanto à queda dos rendimentos e de sua comercialização (WALTER, 2010; SANTOS, 2005) e aos negativos impactos na natureza (DIEGUES, 1983; 2000; RAMALHO, 2006; RAMALHO; SANTOS, 2018).

Em Pernambuco, isso não é diferente. Em termos numéricos, a pesca artesanal representa alguns números relevantes. Em 2013, de acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), estavam cadastrados em todo o país cerca de 1 milhão de pescadores e pescadoras, sendo cerca de 400.000 deles ligados ao Nordeste brasileiro. Embora bastante expressivo, é possível que tal dado forneça apenas uma dimensão subestimada da importância das atividades pesqueiras na geração de emprego e na subsistência de centenas de milhares de famílias.

A título de exemplo, segundo o Instituto Oceanário (2010), estima-se que aproximadamente 30.000 pessoas viviam diretamente do trabalho pesqueiro no litoral de Pernambuco em 2009. Ademais, estudos produzidos pela Fundação Joaquim Nabuco –

Fundaj (QUINAMO, 2017) indicam que, nos municípios situados no litoral norte de Pernambuco, apenas um terço das pessoas diretamente envolvidas com a atividade pesqueira era cadastrado na colônia de pescadores ou possuía o Registro Geral da Pesca (RGP) junto ao governo federal. Pudemos verificar esse dado por meio de pesquisa feita na região da APA dos Corais, litoral sul, no Cabo de Santo Agostinho (RAMALHO, 2020) e no bairro da Ilha de Deus, em Recife-PE (RAMALHO; ANTUNES, 2019), isto é, constatamos que entre 25% a 40% dos(as) pescadores(as) entrevistados(as) tinham o RGP. Vale dizer que, no último levantamento feito pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado (SEMAS-PE) junto aos associados e associadas das colônias de pesca situadas apenas nos 16 municípios que compõem a faixa costeira de Pernambuco, em 2019, havia 12.556 pescadores e pescadoras artesanais.

No que concerne aos dados coletados com os Povos da Pesca Artesanal do Litoral Metropolitano de Pernambuco, podemos apontar algumas características gerais pertencentes aos aspectos socioeconômicos.

Em relação ao local em que nasceram as entrevistadas e entrevistados, tem-se que, aproximadamente, 51% são naturais da capital pernambucana. Contudo, com exceção da capital (73% dos entrevistados que residem em comunidades do Recife), a maior parte não nasceu no município onde reside. Já os outros municípios da região metropolitana recebem parcela significativa de pescadores naturais de Recife e de outras cidades, principalmente, do interior do estado.

O maior segmento dos entrevistados e entrevistadas (52% dos casos) mora na mesma comunidade há mais de 40 anos (em média), o que pode ser um sinal da força que esse tipo de trabalho exerceu na fixação de pessoas e famílias na localidade. Além disso, aponta, também, para os seguintes fatos: (a) de que esse tipo de trabalho é um dos mais tradicionais da comunidade e se confunde com o seu próprio surgimento ou continuidade ao

longo do tempo e do espaço; (b) de que é possível que algumas pessoas que por lá chegaram, há mais de quatro décadas, tenham trazido alguma experiência com a pesca ou já eram pescadoras, visto que antigas comunidades pesqueiras já existiam em regiões próximas (Pina, Bode, Afogados, etc., no município do Recife; Amaro Branco e Carmo, em Olinda; Candeias e Piedade, em Jaboatão) e em municípios do interior; e (c) de que o vínculo com a pesca artesanal, que é, de fato, tradicional, revela como esse trabalho foi decisivo (e tem sido) para produção e reprodução socioeconômica e cultural dessas famílias, anunciando que se trata de comunidades tradicionais pesqueiras em centros urbanos, com seus territórios pesqueiros⁵ (RAMALHO; ANTUNES, 2019).

⁵ O trabalho de Santos (2005) sobre comunidades pesqueiras do Pará atribui o longo tempo dos pescadores morando na mesma comunidade há uma baixa mobilidade no tempo e espaço, que pode ser atribuída, para ele, às poucas oportunidades de trabalho na região que, de modo geral, se restringem à agricultura familiar e à própria pesca artesanal. Todavia, Ramalho (2006; 2017; 2022) remete essa situação de continuidade e permanência a força dos laços de pertencimento, as condições socioecológicas encontradas e a sociabilidade do trabalho pesqueiro artesanal.

A idade dos pescadores variou entre 17 e 75 anos e apresentou a média de 48 anos; e a faixa etária mais representativa, com 45,5% do total de casos, é a compreendida entre 45 e 59 anos. Comparativamente, a média de idade dos homens é de 51 anos e, das mulheres, 46 anos, ou seja, as mulheres que trabalham na pesca, em média, são mais novas do que os homens. Apenas uma pequena parcela (3,4% dos casos) tem menos de 24 anos de idade, o que pode demonstrar que a atividade é proporcionalmente pouco explorada pelos mais jovens que, geralmente, vêm buscando inserção em outras formas de trabalho, o que foi constatado de maneira similar no Pará (SANTOS, 2005). Diante disso, o tema da continuidade geracional é um problema que deve ser considerado também na pesca artesanal, assim como acontece com a agricultura familiar.

Em relação à escolaridade dos entrevistados, a faixa mais representativa é a de primeiro grau incompleto, com 59,5% dos casos; e, quando comparados pescadoras e pescadores, percebe-se que 27,3% delas têm maior escolaridade do que eles, com, no mínimo, o 2º grau incompleto, enquanto os homens que têm essa escolaridade são 10,7% do total.

Também foi identificado que, aproximadamente, 72% dos pescadores e pescadoras artesanais não desenvolvem outra

atividade remunerada além da pesqueira, o que reforça a centralidade e a importância desse trabalho tradicional para essas pessoas. Por outro lado, quando comparamos por gênero, são as mulheres que desenvolvem outro trabalho além do pesqueiro, em maior percentual – 31% dos casos, sendo os homens em 25% dos casos. Cabe salientar que essas “outras atividades” exercidas pelas mulheres estão concentradas em serviços de comércio, venda e faxina.

Considerando os domicílios que fizeram parte da pesquisa, 82% são casa própria, dos quais 61% com escritura. Cabe salientar que, praticamente, todos os domicílios são de alvenaria (95%). No que concerne aos serviços de infraestrutura disponíveis, chama a atenção que o de fossa esteja em apenas 60% dos domicílios pesquisados. Todavia, todos os outros serviços de infraestrutura estão disponíveis nas casas das pescadoras e pescadores, com percentuais acima de 75% (esgoto, água encanada, coleta de lixo, energia elétrica e banheiro).

Na população pesquisada, identificou-se que 66% dos moradores têm em sua casa alguém que exerce atividade pesqueira e, ainda, que em mais de 60% dos domicílios, há ao menos uma pessoa que é pescador ou pescadora e/ou que mais de 36% das residências possuem de 2 a 4 pescadores. Se considerarmos a pesca remunerada, chega-se a praticamente 94% dos domicílios com até duas pessoas que sobrevivem dessa atividade. Todos esses dados permitem frisar que o Litoral Metropolitano de Pernambuco é constituído de diversos territórios pesqueiros tradicionais que existem em um diálogo permanente com o ambiente aquático, com os pescados, com a cidade.

Quando tratamos de atividade pesqueira, é importante entender que há uma diferenciação básica quanto ao local onde ela é realizada: há as atividades do mar de dentro e as atividades do mar de fora. Segundo Ramalho (2006; 2017), encontramos pescarias do mar de dentro (feitas em rios, estuários, antes dos arrecifes) e do mar de fora (realizadas após os arrecifes), que é uma definição presente na linguagem, na classificação das

comunidades locais. A partir dos dados, tem-se que as atividades pesqueiras do mar de dentro são bastante representativas entre as mulheres (82,2%), com destaque para o sururu e a catação de marisco; de outra forma, as atividades do mar de fora (49,2%) são mais significativas entre os homens.

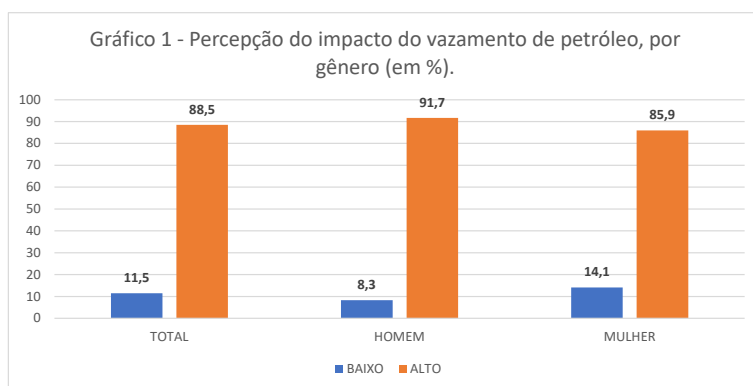
Para Ramalho (2017; 2022), mar, rios e estuários transformaram-se em lugares de profunda complexidade socio-cultural, de expressão técnicas e tecnológicas ancestrais, de geração de renda, entre outras expressões. Ou seja, os recursos naturais compartilhados e produzidos pelos Povos da Pesca Artesanal criam projetos de vida, criam e recriam sociabilidades. É importante frisar que 89% dos pescadores da faixa etária mais expressiva da pesquisa (pescadoras e pescadores entre 45 e 59 anos) acreditam que seja importante transmitir o conhecimento local sobre a pesca para as gerações mais novas, 78% entendem que estejam fazendo essa transmissão de conhecimento. Assim, os dados apontam que essas técnicas e tecnologias ancestrais têm sido reproduzidas entre os Povos da Pesca Artesanal do Litoral Metropolitano.

Segundo os dados coletados, uma parte do que é pescado é consumido pela própria família (90% dos casos), com o que, além da oferta de um alimento rico e produtor de segurança alimentar e nutricional, torna-se desnecessário que essas pessoas comprem essa ou outra carne no comércio, evitando comprometer, assim, os já frágeis recursos financeiros – o que não acontece com outros profissionais, que precisam comprar integralmente seus alimentos. Além disso, o trabalho pesqueiro não exige, para seu exercício, que as pessoas peguem transportes públicos – e paguem por isso – para alcançar o ambiente produtivo, visto que ele está diante de suas casas, em sua comunidade, em seus territórios pesqueiros.

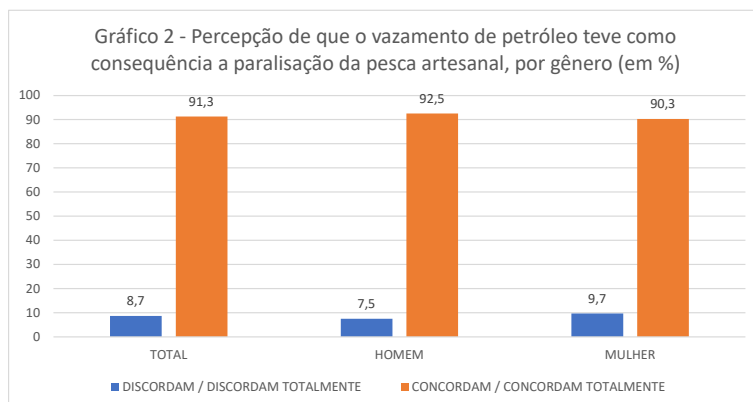
Foi esse grupo social que a tragédia do petróleo atingiu no segundo semestre de 2019. Nesse sentido, é fundamental identificar a geração de renda dos pescadores pescadoras artesanais que foi afetada direta e indiretamente pelo vazamento do

petróleo e depois pela pandemia do novo coronavírus, uma vez que a pesca representa 79% da renda familiar dos pescadores e pescadoras dessa região. Para as comunidades pesqueiras do litoral metropolitano de Pernambuco, o vazamento de petróleo teve um impacto, na esfera financeira, mais negativo do que a pandemia de coronavírus, pois esta reduziu em 62% a renda familiar dos pescadores, enquanto aquele a decresceu em 65%.

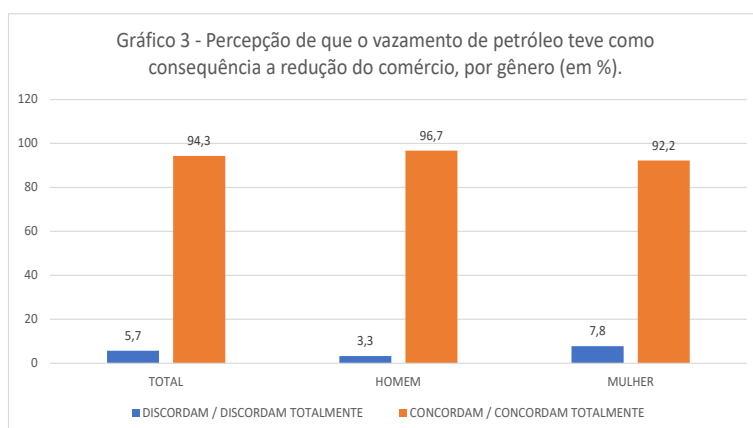
Tendo como foco entender os impactos do vazamento do petróleo na pesca artesanal em Pernambuco por meio de indicadores por gênero, buscou-se: (1) percepção do impacto; (2) indicador de paralisação da pesca artesanal; e (3) indicador de redução do comércio dos pescados. No primeiro indicador, obteve-se o resultado de que, em geral (homens e mulheres), 88,5% têm a percepção da gravidade do impacto, chegando a mais de 90% entre homens (talvez devido ao fato constatado na pesquisa de campo de que eles, mais do que as mulheres, dependem da pesca para viver); no segundo, 91% concordam que o vazamento paralisou a pesca; e, no terceiro indicador, 94% afirmam que o vazamento reduziu o comércio dos pescados. Houve, no casos destes dois últimos indicadores, certa homogeneidade entre homens e mulheres.



Fonte: BD/NUHUMAR, 2022.



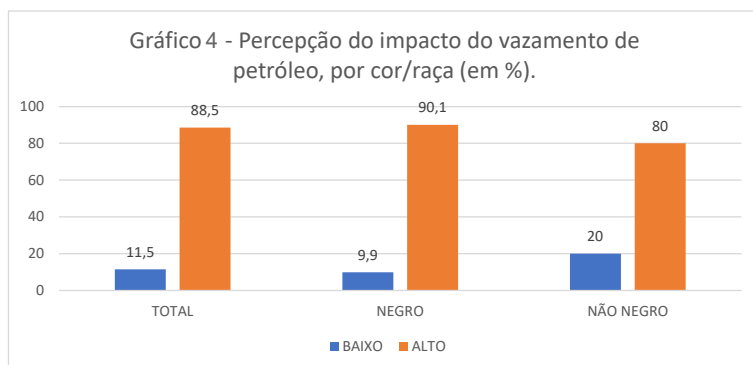
Fonte: BD/NUHUMAR, 2022.



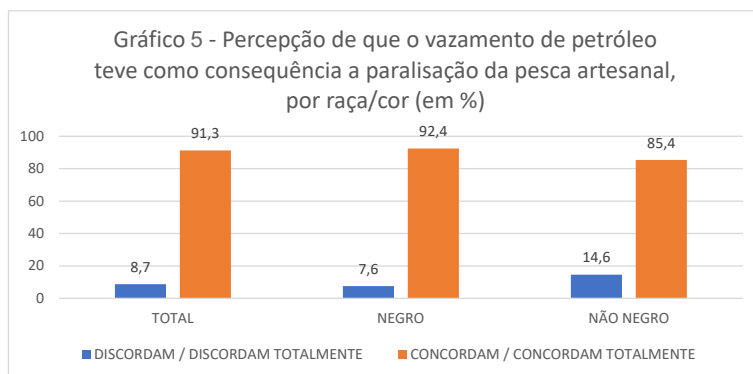
Fonte: BD/NUHUMAR, 2022.

Um dado expressivo mostra a característica etnico/racial desse grupo social: cerca de 80% dos entrevistados e entrevistadas declararam-se negros/negras e pardos/pardas; e ele simboliza, também na tragédia do petróleo, a presença do racismo ambiental que afeta os Povos da Pesca Artesanal, seja por sua condição étnico/racial, seja pelo fato de pertencer a uma comunidade tradicional. São vítimas constantes da poluição das águas, degradação e ameaças aos seus territórios pesqueiros, ausência de políticas públicas, várias formas de violência e desrespeito ao seu modo de vida.

Quando observamos os impactos dessa tragédia, percebemos que, de maneira geral, 88,5% os consideram altos, mas isso aumenta na interpretação daqueles(as) que são pretos(as), revelando o componente racial desse desastre e suas consequências, conforme Gráfico 5.



Fonte: BD/NUHUMAR, 2022.



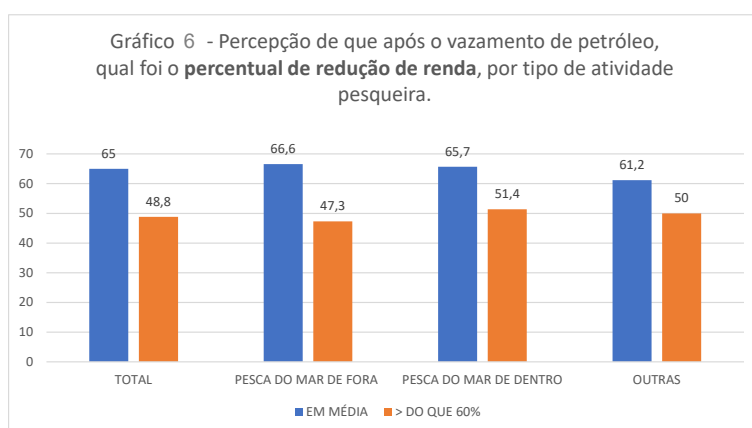
Fonte: BD/NUHUMAR, 2022.

De acordo com Valencio (2009), os danos dos momentos do impacto e pós-impacto estarão associados à pobreza e ao funcionamento da rede de relações para aliviar o sofrimento social, o que tem implicações diretas na esfera política, sendo algo que antecede ao acontecimento trágico. Podemos frisar que se trata da injustiça ambiental prévia constituída no terreno. Herculano (2008) salienta que o conceito de injustiça ambiental diz respeito

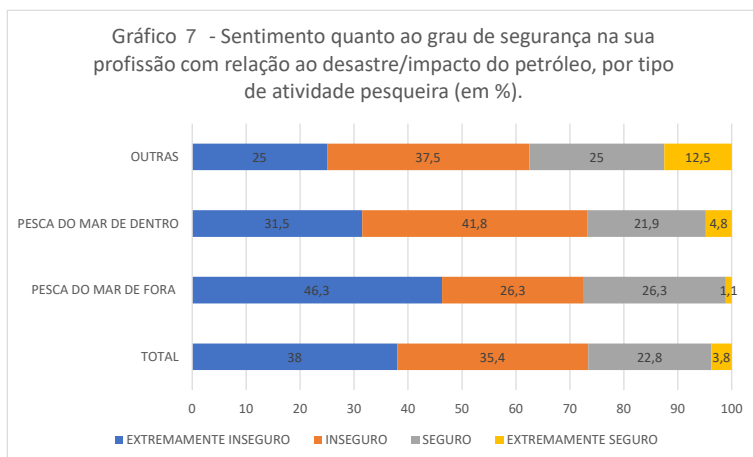
ao mecanismo de distribuição desigual das consequências ambientais negativas oriundas da vida econômica e social, que recaem sobre grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis, como já mencionamos, o que, pelo perfil do grupo social afetado, confirma o caráter de racismo ambiental da tragédia causada pelo vazamento de petróleo no Litoral Metropolitano de Pernambuco.

Nesse desastre, pouco (ou quase nada) foi feito pelo governo federal, que, quando agiu, o fez de maneira atrasada e insuficiente. O Governo do Estado de Pernambuco, por sua vez, mesmo com a omissão da União, não tomou medidas de apoio consistente às comunidades pesqueiras artesanais, preferindo culpar o governo federal ao invés de atuar fortemente. Esse componente institucional potencializou os danos socioeconômicos sofridos por essa população negra, que vive historicamente da pesca artesanal (RAMALHO; SANTOS, 2021), com repercussão ainda nos dias de hoje.

Os gráficos abaixo apontam a gravidade da queda da renda dos Povos da Pesca Artesanal e o sentimento de insegurança diante da possibilidade de futuros desastres, especialmente frente à ausência de respostas consistentes por parte dos poderes públicos.



Fonte: BD/NUHUMAR, 2022.



Fonte: BD/ NUHUMAR, 2022.

Toda essa situação, inclusive de abandono por parte dos poderes públicos, potencializou o agravamento das consequências do desastre do petróleo na vida dos Povos da Pesca Artesanal do Litoral Metropolitano do Recife, reforçando e atualizando as marcas históricas das desigualdades e injustiças sociais. Assim, os pescadores e pescadoras artesanais, na sua imensa maioria pretos e pretas, continuam a sentir a violação de seus modos de existir e, com isso, a presença do racismo ambiental em seu cotidiano, que agora ganha a forma de petróleo com suas substâncias nocivas de injustiças socioambientais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este artigo buscou apresentar, em caráter preliminar e para o debate, um panorama dos impactos socioeconômicos do *desastre do petróleo* na vida de homens e mulheres vinculados ao trabalho da pesca artesanal no Litoral Metropolitano de Pernambuco.

Em geral, os dados mostram a grande importância do trabalho pesqueiro na localidade e as características e dinâmicas que o cercam, em suas dimensões culturais, econômicas e sociais.

Conseqüentemente, são graves as conseqüências do desastre para os Povos da Pesca Artesanal, por ter levado a uma drástica redução do comércio de pescados e da renda. Esse impacto também tem cor, revelando seu caráter de injustiça e racismo ambiental. Do ponto de vista socioeconômico, aqui abordado, as marcas do desastre do petróleo foram avassaladoras no mundo da pesca artesanal, deixando conseqüências que precisam (e serão) aprofundadas em novos escritos, especialmente temas como saúde, desdobramentos na juventude, mulheres, tipos de pesca, sociabilidades comunitárias, no papel do Estado, etc.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, 24 (68) , p. 103-119, 2010.

ARAÚJO, Maria Elisabeth de; RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; MELO, Paulo Wanderley de. Pescadores artesanais, consumidores e meio ambiente: conseqüências imediatas do vazamento de petróleo no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. *Cad. Saúde Pública* 36(1), 2020.

BISPO JÚNIOR, José Patrício; SANTOS, Djanilson Barbosa dos. COVID-19 como sindemia: modelo teórico e fundamentos para abordagem abrangente em saúde. *Cad. Saúde Pública*, 37(10), p. 1-14, 2021.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura: Brasil*. Brasília: MPA, 2012.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. *Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura: Brasil*. Brasília: MPA, 2013.

CARDOSO, A. L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2006.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Povos e mares*. São Paulo: Nupaub-USP, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Imagem das águas*. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: Nupaub-USP, 2004.

FAO. Diretrizes voluntárias para garantir a pesca de pequena escala sustentável; no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza. Organizações das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura, Roma, 2017.

FAVERO, Eveline; SARRIERA, Jorge Castellá Sarriera; TRINDADE, Melina Carvalho. O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.19, n.2, abr./jun. 2014, p. 201-209.

GIDDENS, Anthony. Risk society: the context of British politics. In: FRANKLIN, Jane (ed.). *The politics of the risk society*. Cambridge: Polity Press, 1998.

GILBERT, C. Studying disaster: changes in the main conceptual tools. In: QUARANTELLI, E.L. What is a disaster? Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p. 11-18.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. In: *Revista de Gestão Integrada em saúde do trabalho e meio ambiente*, 3(1), artigo 2, Janeiro/Abril, 2008 (s/p).

INSTITUTO Oceanário. Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco. Recife: Instituto Oceanário de Pernambuco - Departamento de Pesca e Aquicultura da UFRPE, 2010.

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; GONÇALVES, Juliano (Orgs.) *Sociologia dos Desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009, p. 48-57.

MARCO ZERO. Um crime sem culpados, punições, nem multas. Matéria de 02.09.2020. <https://marcozero.org/crime-petroleo-nordeste-sem-culpados-nem-multas/>

MARQUES, Thiago Feltes. O nascimento do direito dos desastres no Brasil. *Revista Acadêmica Licencia&Acturas*, 4 (1) , p. 108-123, 2016.

MATTEDI, Marcos Dilemas e perspectivas da abordagem sociológica dos desastres naturais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 261-285, 2017..

MESQUITA, Beatriz; QUINAMO, Tarcísio. Impactos socio-econômicos e ambientais da contaminação por petróleo nas praias do litoral de Reião Nordeste do Brasil. Relatório parcial. Capítulo: Justiça azul, e pesca artesanal no centro do debate do derramamento de petróleo no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2020.

MOLICA DE MENDONÇA, Fabrício. La cadena productiva de pesca artesanal em Arraial de Cabo: analisis e propuestas de mejoramiento. *Revista Inge/CUC*, Barranquilla, 2011.

NUHUMAR Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios. *Impacto do petróleo*. Podcast – Projeto Vozes da Pesca Artesanal. Recife: NUHUMAR/UFPE, 2020. Acesso em: <https://open.spotify.com/episode/3Mqe3495d1MUNizMWMtM9>

QUINAMO, Tarcísio. *Dinâmicas sociais e ecológicas em ambientes costeiros do Nordeste brasileiro: interações e intervenções* (Relatório de Pesquisa). Recife: Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), 2017.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *Ah, esse povo do mar!?: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana*. São Paulo: Editora Polis; Campinas, Ceres, 2006.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Sentimento de corporação, cultura do trabalho e conhecimento patrimonial pesqueiro: expressões socioculturais da pesca artesanal. *Revista de Ciências Sociais*, UFC, Fortaleza, vol. 43, n. 1, p. 8-27, 2012.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *Embarcações do encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima*. São Cristóvão-SE: Editora da Universidade Federal de Sergipe (Edufs); Campinas: Ceres-Unicamp, 2017.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; SANTOS, Andreia Patrícia dos. Particularidades do pertencimento na pesca artesanal embarcada. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 54, N. 2, p. 256-268, mai/ago, 2018.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; ANTUNES, Gilson Macedo. Relatório de pesquisa sobre a pesca artesanal na Ilha de Deus – Recife/PE, 2019.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. O colapso da pesca artesanal no litoral de Pernambuco. *Revista Coletiva - Diversidade Socioambiental*; deve ser indicado o volume nº 11, Recife, p. 01 - 10, 03 jan. 2020.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; SANTOS, Andreia Patrícia dos. Povos das Águas sob o signo de Seth: o derramamento de petróleo, a Covid-19 e o descaso do governamental. In: OLIVEIRA, Roberto Vêras de; SILVA, Ari Rocha da. (Org.). *Trabalho e pandemia: informalidade, precarização e suas múltiplas relações*. São Paulo: Annablume, 2021, p. 79-106.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Reprodução social das pescadoras e pescadores artesanais. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 01-29, 2022.

REIS-FILHO, José Amorim; QUINTO, Danilo. *COVID-19, Afastamento social, Pesca artesanal e Segurança alimentar: Como esses temas estão relacionados e quão importante é a soberania dos trabalhadores da pesca diante do cenário distópico*. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340714432_COVID-19_Afastamento_social_Pesca_artesanal_e_Seguranca_alimentar_Como_esses_temas_estao_relacionados_e_quao_importante_e_a_soberania_dos_trabalhadores_da_pesca_diante_do_cenario_distopico. Acesso em: 31 jul. 23.

SANTOS, Marco Antônio Souza dos. A cadeia produtiva da pesca artesanal no estado do Pará: estudo de caso no nordeste paraense. *Amazônia: CI & Desenv.*, Belém, vol.1, jul/dez. 2005.

VALENCIO, Norma. *Pescadores do Rio São Francisco: a produção social da inexistência*. São Carlos: RiMa, 2007.

VALENCIO, Norma. Da área de risco ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; GONÇALVES, Juliano (Orgs.). *Sociologia dos Desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009, p. 34-47.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; GONÇALVES, Juliano (org.). *Sociologia dos Desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

WALTER, Tatiana. Novos usos e novos mercados: qual sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal? Tese de Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - ICHS, PPCS, UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010.

CRISTIANO W. NOBERTO RAMALHO – Professor e pesquisador do Departamento de Sociologia (DS) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É um dos coordenadores do Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR)/UFPE e pesquisador de produtividade do CNPq (1D). Atualmente é o Secretário Nacional de Pesca Artesanal do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). E-mail: cristiano.ramalho@ufpe.br

GILSON MACEDO ANTUNES – Professor e pesquisador do Departamento de Sociologia (DS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É um dos coordenadores do Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR)/UFPE. E-mail: antunes.gilson@gmail.com